

**A bela e a fera**

**Orfeu Bertolami**

**Departamento de Física e Astronomia**

**Faculdade de Ciências, Universidade do Porto**

O sistema democrático não é, nem do ponto de vista teórico nem do ponto de vista prático, perfeito. Também não é completamente justo; contudo, apesar da erosão de centenas de anos e das radicais transformações políticas e sociais das sociedades nas mais diversas latitudes, a democracia representativa é o sistema político que mais consistentemente dá origem a sociedades estáveis e prósperas. As consequências do mau uso da democracia são bem conhecidos: a Itália elegeu Mussolini, a Alemanha elegeu Hitler, ... , a Venezuela elegeu Chávez, a Hungria elegeu Órban, a Grã Bretanha referendou a saída da União Europeia, Putin vem sendo sistematicamente eleito na Rússia, o Brasil elegeu Bolsonaro, os EUA elegeram Trump. Naturalmente, desde que o sistema democrático esteja protegido por instituições sólidas a sua continuidade está assegurada e há garantias que depois de uma má escolha os eleitores têm meios para posteriormente fazerem melhores escolhas. Um exemplo desta transição é o resultado das eleições no EUA, onde a eleição de Joe Biden/Kamala Harris (sociais-democratas moderados e néo-Keynesianos do ponto de vista económico), muito possivelmente impulsionará ventos de mudança e restaurará a confiança na decência, na ciência e na colaboração internacional. Sem estes ingredientes não poderemos combater as alterações climáticas, esta e outras pandemias, propiciar às gerações vindouras um futuro minimamente promissor, e, sobretudo, aplinar, a nível global, as terríveis desigualdades sociais.

Na verdade, basta constatar a diferença que existe entre os sistemas eleitorais existentes para percebermos que a democracia representativa que é hoje praticada em muitos países não é mais do que um modelo. Outros modelos existem e podem ser concebidos. Nas ditas democracias populares, as escolhas estavam limitadas ao universo de candidatos de um único partido e cingidas a um modelo ideológico que não dava aos eleitores muitas hipóteses de escolha. No modelo da democracia directa, que foi muito discutido e ensaiado nalguns países nos anos de 1970 e que tem semelhanças com o sistema referendário da Suíça, as matérias são decididas localmente, os candidatos aos cargos públicos devem sair do seio das comunidades, podem não ter qualquer ligação partidária e até mesmo o parlamento é dispensável. A supressão dos partidos políticos foi discutida, por exemplo, por Simone Weil em 1943. Ocorre-me que a ocupação de cargos políticos poderia ser feita através de sorteio em vez da eleição baseada em listas de candidatos. Modelos de governação baseados em contratos digitais e na tecnologia “block chain” que são livremente adoptados pelas comunidades, muito recentemente, têm sido objecto de interessantes discussões, muito particularmente, no contexto das chamadas bitcoins e para fins de desmaterialização de procedimentos administrativos e burocráticos. Porém, os modelos de democracia hoje utilizados têm o peso da tradição e as salvaguardas que lhes foram sendo introduzidas ao longo dos tempos para impedir instabilidades, derivas autoritárias, vazios de poder, etc. Mas certamente, há muito espaço para melhorias. A nossa opinião é que a resistência para alterar os modelos democráticos hoje existentes seria muito menor se as desigualdades sociais não fossem tão dramáticas e se não houvesse uma infiltração tão flagrante dos interesses económicos nos instrumentos e na dinâmica da governação

Se aquando da sua génese, o exercício da democracia greco-romana era restrito a uma fracção reduzida da população (homens livres e proprietários com riqueza material suficiente para garantir que pudessem votar em liberdade), desde a Revolução Francesa e das alterações decorrentes do movimento das sufragistas e de outros segmentos sociais, este direito vem se estendendo para toda a população. A literacia foi outro importante obstáculo que foi gradualmente levantado, permitindo o direito à democracia também aos que não têm acesso a qualquer tipo de educação. Porém, paradoxalmente, este progresso libertador tem dado origem a situações que comprometem perigosamente o futuro da democracia. A principal razão para tal é a contínua degradação dos padrões culturais, educacionais e do espírito crítico, científico e humanista da maioria da população. Este desenvolvimento é surpreendente dada a generalização e o alargamento da educação

obrigatória e dos avanços tecnológicos que permitem que fracções crescentes das populações estejam continuamente conectadas às notícias, às redes sociais e às formas digitais de comunicação e lazer. Na verdade, estes novos veículos de comunicação têm dado origem a profundas transformações societais com consequências indeléveis nos processos educativos e intelectivos. E mesmo que as bem documentadas interferências das redes sociais no processo democrático sejam desconsideradas, o facto é que sem medidas reguladoras a influência das redes sociais não é e não será de todo uma mais valia educacional e poderá se constituir num contrapeso político fora do alcance das regras usuais de boa conduta, justiça e legalidade.

Hoje as redes sociais podem influenciar decisivamente a opinião pública, criar cultos e seitas de toda a natureza, espalhar a mentira e a desinformação. Através das redes sociais, a realidade das notícias falsas, da deformação e da duplicidade linguística, da manipulação grosseira dos factos deixou de ser um exclusivo da ficção Orwelliana e passou a fazer parte do nosso quotidiano chegando ao ponto de colocar todo o edifício da sociedade em risco.

Desde sempre, uma causa importante da degradação da democracia é o aparecimento de líderes demagógicos que através da manipulação, das mentiras e sofismas distorcem a discussão dos problemas reduzindo-os a uma bipolarização que intrinsecamente eles não têm e que os descaracteriza quase que completamente. Esta deformação simplificadora é extremamente útil para a transmissão de soluções idiossincráticas que podem facilmente ser veiculadas por meio das redes sociais ou dalguns meios de comunicação que funcionam como verdadeiros ministérios da informação de regimes totalitários. É óbvio que estes canais de comunicação são fruto da concentração de capital e da transformação da informação numa mercadoria cujo valor intrínscico não é a sua verossimilhança com a realidade, mais o seu valor de mercado enquanto instrumento económico e político

Como então poderemos salvaguardar a democracia e assegurar a diversidade de opiniões que historicamente foi a principal alavanca do progresso? Não há soluções que se evidenciem fáceis ou imediatas. Naturalmente, o reforço, nos currícula educativos, do pensamento crítico baseado no conhecimento, no método científico e no respeito dos factos e das opiniões contrárias é absolutamente necessário. A recuperação destes métodos e valores é essencial e deve fazer parte da educação de todos os cidadãos. Não menos importante é a regulação das redes sociais e a descartelização da indústria da comunicação. Penso que deveria ser equacionada a imposição de restrições ao uso das redes sociais por indivíduos que exercem cargos políticos e a utilização de filtros de verdade factual às afirmações de carácter histórico e político dos demais utentes. É evidente que a recente sinalização introduzida pelo Facebook e pelo Twitter às afirmações duvidosas dos seus utentes é tardia e insuficiente para evitar a propagação de manipulações e inverdades. Observamos que quando, por exemplo, são sinalizadas (com linguagem eufemística) as afirmações do presidente Trump, milhões interpretam estas sinalizações como uma confirmação das absurdas insinuações do presidente. Assim, o melhor será simplesmente impedir que os políticos possam se manifestar através das redes sociais e que sejam cingidos a fazê-lo através dos canais mais tradicionais. Claro está que não é simples avançar com restrições que sejam completamente neutras e que não sejam suscetíveis de se constituir em formas de censura e de cerceamento da liberdade de pensamento. Contudo, apesar destes riscos, parece-me melhor pensarmos em restrições que obriguem os políticos a se manifestarem de modo que o exercício do contraditório seja garantido do que lhes permitir a total liberdade de veicular meias-verdades ou inverdades. No que se refere aos meios de comunicação mais clássicos, é fundamental reforçar o seu conteúdo educativo em artes, ciências, história, etc, e estimular que se desenvolva uma componente pedagógica cujo objectivo não é formar a opinião pública, mas de dotar os cidadãos de meios metodológicos para formar as suas opiniões.

Tal como na tradicional fábula, a única forma efectiva de transformar a fera é por meio do entendimento que esta atinge do que é verdadeiramente belo.

Porto, 15 de Novembro de 2020.